



Interfaces entre o pensamento filosófico e linguístico: algumas reflexões teóricas sobre a delimitação do objeto de estudo da linguística

Denilson Pereira de Matos, Amanda de Souza Brito e Delma de Melo Vanderlei

Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Castelo Branco, 58051-900, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: denilson@cchla.ufpb.br

RESUMO. Este trabalho objetiva abordar, no entrelaçamento entre linguística e filosofia, a ciência filosofia da linguagem no que se refere às duas orientações do pensamento filosófico-linguístico que buscam a resolução do problema de isolamento e delimitação da linguagem como objeto de estudo, a saber: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. São apontadas as principais proposições destas linhas mestras, seguidas de uma breve reflexão bakhtiniana sobre elas. Tal estudo é norteado pelo capítulo quarto, 'Das Orientações do Pensamento Filosófico-linguístico', da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* de Mikhail Bakhtin. Algumas exemplificações são feitas, visando justificar as reflexões propostas.

Palavras-chave: linguística e filosofia, subjetivismo idealista, objetivismo abstrato.

Interfaces between the philosophic and linguistic thought: some theoretical reflections about the delimitation of the object of study of the linguistic

ABSTRACT. This work aims to approach, in the intertwining between linguistic and philosophy, the science philosophy of the language with regard to two guidelines of the linguistic-philosophic thought which aim the resolution of the problem of the isolation and delimitation of the language as study object, to know, the idealist subjectivism and the abstract objectivism. The main proposals of these master lines followed by a brief bakhtinian reflection about them are pointed. Such study is guided by the chapter four, 'Guidelines of the linguistic-Philosophic Thought', of the classic *Marxism and Language Philosophy* by Mikhail Bakhtin. Some exemplifications are made in order to justify these reflections.

Keywords: linguistic and philosophy, idealist subjectivism, abstract objectivism.

Introdução

A história da linguística, segundo a organização proposta por Câmara Júnior (1975), pode ser observada a partir de três domínios de estudo: o pré-linguístico, o paralinguístico e o linguístico propriamente dito. O segundo domínio, o paralinguístico, serve aos interesses deste trabalho por mostrar o entrelaçamento entre linguística e filosofia, especialmente se considerarmos as tentativas dos gregos que resultaram, dentre outras consequências, na Lógica. Vale salientar, porém, que as relações entre os campos de estudo são muito mais amplas e especificamente tratadas em uma ciência, a saber, a filosofia da linguagem.

Esta proposta objetiva mostrar os principais pontos das duas orientações, acompanhados de uma breve reflexão bakhtiniana sobre elas. Para o alcance deste objetivo, parte-se de algumas propostas de Bakhtin (1981) e (1997), Câmara Júnior (1975), Costa (2008), Marx (1984), Senna (1991) e Saussure (1995).

Bakhtin (1981) expõe que o principal problema com o qual a filosofia da linguagem se depara é o isolamento e delimitação da linguagem como objeto de estudo. Trabalham na resolução desse impasse as duas principais orientações do pensamento filosófico-linguístico: o subjetivismo idealista, com destaque para o lado individual da linguagem tratado no ambiente da estética, e o objetivismo abstrato que aborda como prioridade o sistema linguístico com partes organizadas por leis internas.

Os estágios da história da linguística até o entrelaçamento com a filosofia

Os contornos assumidos pela linguística no século XX, a partir da sistematização de estudos e definição de objeto e método propostos por Ferdinand de Saussure, pertencem a um momento da ciência propriamente dita. Precederam a essa época dois outros domínios: o pré-linguístico e o paralinguístico que constituem a tríplice abordagem

ao estudo da linguagem proposta por Câmara Júnior (1975).

O pré-linguístico compreende três tipos de estudos: ‘O Estudo do Certo e Errado’, ‘O Estudo da Língua Estrangeira’, e, por fim, ‘O Estudo Filológico da Linguagem’.

Para o entendimento do ‘Estudo do Certo e Errado’ vale que nos detenhamos ao fato de a linguagem poder refletir as especificidades de um dado grupo social. Nesse particular, falaremos do grupo elitista de *status* social superior, pois as “[...] classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços linguísticos pelos quais se opõem às classes inferiores” (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 16). Os traços linguísticos pertencentes à variação falada pela classe superior são considerados ‘certos’ ao passo que a classificação de ‘erro’ é empregada aos falares das classes que estariam abaixo em uma hierarquia social. O estudo da linguagem, nesse momento, surge como tentativa de conservação da variação linguística do grupo superior de modo a fazer resistir a influência das demais variações consideradas inferiores no mesmo substrato linguístico.

Na Grécia, por exemplo, encontramos a materialização desta reflexão no que diz respeito à manutenção do *status* de uma civilização que se reconhecia como cultura dominante. Como afirma Senna (1991), os gregos diferiam de outros povos quanto ao que consideravam instrumento de poder, pois se para os povos bélicos, por exemplo, os romanos, as armas eram instrumento de poder, para os gregos o poder advinha do saber, sendo o instrumento de poder aquele que fosse dotado da capacidade de espalhá-lo. Considerando os tempos contemporâneos, cujo poder está no valor do capital, é possível uma analogia:

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 1984, p. 105-106).

Seja numa, seja noutra direção, gregos, romanos puderam e os americanos podem, por exemplo, fazer da língua sua ferramenta de propagação das ideias que estão embutidas na cultura de cada povo e explicadas em suas ações em ‘prol’ da defesa de uma identidade.

Seguindo o raciocínio da proposta introdutória deste artigo – o período da história da linguística, a língua grega em seu apogeu – o período helênico

privilegiou os estudos da significação nas manifestações de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Com o trabalho dos estoicistas e a elaboração das primeiras gramáticas teoréticas do grego (já com características normativas), o período citado dá lugar ao próximo, o helenístico, coincidente com o declínio daquela civilização.

Em concomitância com o processo natural de modificação da língua, resultante da dinamicidade que lhe é inerente, estava o contato do povo grego com novos povos, fatores que juntos causavam variações no sistema linguístico. Senna (1991) afirma que alguns associaram esse processo de mudança ao declínio da civilização e tomaram medidas para tentar contê-lo.

Houve, então, uma associação entre a gradativa decadência do império grego e as mudanças ocorridas na língua grega. A partir daí, um grupo de intelectuais representantes da cultura dominante iniciam investimentos sistemáticos para tentar deter o processo de evolução do grego, tentando, assim, preservar o *status quo* da cultura grega. (SENNA, 1991, p. 18).

Considerando a associação feita, nota-se, no empenho desses intelectuais, a tentativa de conter o progressivo declínio no qual se encontravam, para manter o seu *status quo*. É desse equívoco, inclusive, que surge a normatização gramatical que estabeleceu na época a norma ou padrão elitista como aquele que continha os traços linguísticos corretos. Investimentos foram feitos em estudos a fim de sistematizar os fatos gramaticais com objetivo de atingir o ensino do grego, como afirma Senna (1991) ao tratar dos investimentos em estudos prescritivos e dos primeiros métodos de investigação.

Nesse investimento, que identifica traços corretos e consequentemente os incorretos, é possível propor-se associação ao ‘O Estudo do Certo e Errado’, segundo a configuração explicada anteriormente.

Lembremo-nos agora dos demais estudos pertencentes ao pré-linguístico, ‘O Estudo da Língua Estrangeira’ e ‘O Estudo Filológico da Linguagem’.

O primeiro, ‘O Estudo da Língua Estrangeira’, surge do estudo da linguagem determinado pelo contato entre duas comunidades linguísticas estrangeiras com línguas diferentes. A busca pela compreensão linguística impulsiona o estudo da língua estrangeira. Todavia, é a curiosidade humana estimulada pelos contrastes que leva a um estudo baseado em comparações sistemáticas, conforme Câmara Júnior (1975), na abordagem das diferentes pesquisas.

O segundo, ‘O Estudo Filológico da Linguagem’, foi impulsionado pela necessidade de “[...] compreender os traços linguísticos obsoletos a fim de captar a mensagem artística [...]” em textos literários (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 19). Na Literatura, a língua é considerada de modo particular e consciente em comparação com as outras atividades de linguagem. O estudo da linguagem do texto tornou-se relevante para captar a mensagem que se tencionou transmitir em uma dada época.

‘O Estudo Filológico’ encerra o domínio pré-linguístico. O domínio paralinguístico que o segue, por sua vez, enfatiza dois tipos de estudos, ‘O Estudo Biológico da Linguagem’ e ‘O Estudo Lógico da Linguagem’.

A linguagem depende de fatores biológicos do corpo humano mesmo com as fortes relações com a cultura, sendo “[...] uma criação social baseada na predisposição biológica” (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 18). A evolução científica poderia levar ao entendimento dos mecanismos biológicos que possibilitam o uso da linguagem, o que está relacionado a ‘O Estudo Biológico da Linguagem’.

‘O Estudo Lógico da Linguagem’, por seu turno, ocorre por entrelaçamento entre filosofia e linguagem. Considerando o pensamento filosófico como algo que se processa pela expressão linguística, torna-se necessário um intenso estudo da linguagem, razão da ligação dos campos:

O pensamento filosófico, por exemplo, se processa através da expressão linguística. A precisão e as sutilezas do pensamento filosófico levam a um intenso estudo da linguagem através do qual ambos podem ser transmitidos e, mesmo, estabelecidos e desenvolvidos (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 18).

O mesmo autor salienta que existiam ideias no sentido de tornar a linguagem um instrumento do pensamento filosófico e de discipliná-la para utilizá-la como meio de atingi-lo no mesmo processo disciplinar. Estas ideias são substituídas pelo estudo híbrido nascido do entrelaçamento citado anteriormente e chamado de lógica. Desta maneira, constitui-se ‘O Estudo Lógico’.

É primordial ressaltar, porém, segundo os objetivos dos apontamentos deste trabalho, que as relações entre estudos filosóficos e linguísticos são bem mais amplas e foram tratadas na filosofia da linguagem.

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Bakhtin traz relevantes considerações sobre a filosofia da linguagem no que diz respeito ao problema crucial para este estudo, o isolamento e delimitação da linguagem como objeto de estudo específico. O capítulo quarto da obra, ‘Das Orientações do Pensamento Filosófico-linguístico’, apresenta as duas

principais orientações propostas para a resolução do problema, o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato.

O subjetivismo idealista

A primeira linha mestra do pensamento filosófico linguístico, o subjetivismo idealista, tem suas bases na criação individual, tal como expressa Bakhtin (1981, p. 72):

A primeira tendência interessa-se pelo ato de fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação linguística – sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua – são as leis da psicologia individual, e são elas que devem ser estudadas pelo linguista e pelo filósofo da linguagem.

A concepção apresentada por Bakhtin (1981) quanto à citada orientação fica esclarecida quando, ao referir-se à criação individual, fala de ‘fundamento da língua’, pertinente a ‘toda atividade de linguagem’ e constituinte da ‘fonte da língua’, expressões que colocam em foco o individualismo, isto é, o sujeito, em detrimento da característica social defendida por outros estudiosos. Vale salientar que isso implica um deslocamento no que veio a ser o objeto de estudo da linguística, a língua, caracterizada como social, à medida que ao enfatizar-se a qualidade individual destaca-se o ato de fala. Desta forma, a língua seria uma evolução ininterrupta (relacionada, portanto, à história), renovada pelos falantes em um processo contínuo em contrariedade com o que postulou Saussure (1995) ao dizer, como ressaltou Costa (2008, p. 116), que “[...] o indivíduo, sozinho, não pode criar nem modificar a língua”.

O trabalho do linguista e do filósofo seria ir de encontro à impossibilidade que Saussure (1995, p. 23) coloca para o estudo da fala ao salientar que:

[...] os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografar em todos os seus pormenores os atos de fala; a fonação de uma palavra, por pequena que seja, representa uma infinidade de movimentos musculares extremamente difíceis de distinguir e representar.

Então, Saussure (1995) sugere como esta parte da linguagem deveria ser estudada, embora a tenha preterido. Era necessário, também, esclarecer o fenômeno linguístico como ato significativo de criação individual. Por último, restam aos linguistas

a construção, descrição e classificação que servem à explicação exhaustiva do fato linguístico de caráter individual, num enfrentamento das dificuldades mencionadas.

A ênfase dessa orientação na criação individual remete ao subjetivismo à medida que reduz praticamente tudo ao sujeito. Daí a evolução ininterrupta pelo processo do ato de fala, como criação constante. Nesse contexto, tem-se a verdade de uma sentença com base no que é pessoal, individual. Quando dizemos ‘Gatos são mamíferos’, por exemplo, isso não depende de algo subjetivo ou pessoal, por sua vez, na sentença ‘Gatos são animais egoístas’, vemos um cunho pessoal e opinativo (embora a subjetividade, no caso dessa orientação, seja algo muito mais amplo), visto que outra pessoa pode achar o absoluto contrário.

A configuração do idealismo linguístico corrobora o subjetivismo, opondo-se ao positivismo neogramático e saussuriano. Para mudar a tendência positivista das teorias, buscou-se apoio no pensamento de Wilheml Humboldt que se tornou um dos principais representantes do subjetivismo idealista, embora seu trabalho fosse muito mais amplo do que as proposições da orientação, segundo afirma Bakhtin (1981).

Tal como propõe Câmara Júnior (1975), os linguistas, que se chamaram idealistas, o fizeram por associação à filosofia de Hegel que considerava a língua um produto da mente humana. Os estudos de Humboldt, aos quais recorreram posteriormente, de forma semelhante, colocavam a língua no plano mental. Ela seria um trabalho incessante da mente e não um conjunto de formas regido por regras.

Humboldt [...] Encarava a língua como uma atividade incessante, um trabalho mental dos homens, constantemente repetido para expressar seus pensamentos. Daí não encarar as línguas como um conjunto de formas linguísticas e de regras criadas para combinar formas, mas uma série de atos de fala (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 38).

Assim, a língua é um produto da mente humana, partindo dela como criação incessante. Não é, portanto, um “[...] tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade [...]” (SAUSSURE, 1995, p. 21), mas algo que parte deles na qualidade de criadores. Dessa forma, substitui-se a utilização de um sistema por sua criação pelo falante. Conforme Câmara Júnior (1975), o processo criativo e dinâmico está associado ao termo grego *energeia*, enquanto a questão da língua como produto linguístico está relacionada ao termo *ergon*.

Além das ideias de Humboldt, os idealistas também recorrem às proposições de Vico que, por sua vez, “[...] considerava a linguagem como um tipo de poesia e a esta atribuía a atividade estética da mente humana” (CAMARA JÚNIOR, 1975, p. 169). Benedetto Croce, filósofo italiano que incluía a linguagem na ciência filosófica da estética, utilizando-se do conceito de Vico, desenvolveu interessantes relações entre arte e linguagem, partindo da intuição como tipo de conhecimento. Vejamos o que Câmara Júnior (1975) nos diz a seguir sobre os estudos de Croce:

[...] desenvolveu o conceito de ‘intuição’ como um tipo de conhecimento humano oposto ao raciocínio. Atribuiu o conhecimento racional à ciência e o conhecimento intuitivo à arte. O conhecimento intuitivo dá lugar à expressão do homem, tanto através das artes plásticas, como através da linguagem. Desta maneira, a língua ou expressão linguística é considerada uma arte e seu estudo colocado no domínio da estética (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 169, grifo do autor).

Croce apresenta, segundo Câmara Júnior (1975), o conhecimento intuitivo como aquele que dá lugar à expressão do homem por dois meios: as artes plásticas e a linguagem, sendo a linguagem colocada em paralelo à arte como forma de expressão e a língua, sua parte constituinte, também considerada como arte.

Em Karl Vossler, figura mais importante do idealismo alemão, como observa Câmara Júnior (1975), encontramos semelhantes proposições no que se refere ao artístico relacionar-se à língua. O mesmo autor afirma que, reiterando as bases de seu grupo idealista, Vossler mostrava-se contrário ao positivismo linguístico detido às formas linguísticas e às regras que as regiam. Para ele, importava o sentido artístico de um dado fato de língua, tal como observa Bakhtin (1981, p. 75):

[...] para Vossler, os fatores que determinam de uma forma ou de outra os fatos da língua (físicos, políticos, econômicos, etc.) não possuem significação direta para o linguista; só importa para este o sentido artístico de um dado fato de língua. Eis a concepção que ele tem da língua, uma concepção puramente estética.

Dessa maneira, Vossler considera que para um fato de língua o que é relevante é o seu sentido artístico em detrimento da influência de fatores físicos, políticos ou econômicos.

Tal concepção idealista de língua, com base na estética, teve como principal consequência uma mudança de preferência: a linguística, que por muito tempo privilegiou a língua popular em seus estudos, passou a dar atenção à língua literária, servindo aos

interesses da crítica literária, à medida que era possível, por exemplo, fazer uma interpretação estilística da linguagem do autor.

Bakhtin (1981) evoca outros estudiosos como Wundt e Steintahl que também se detiveram às ideias do subjetivismo idealista. Todavia, para expressar os principais pontos desta orientação a citação é suficiente. Para finalizar os apontamentos a cerca desta referência, vejamos sua síntese em quatro posições fundamentais segundo Bakhtin (1981, p. 72, grifos do autor):

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção ('energia'), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.
3. A criação linguística é uma criação significativa análoga à criação artística.
4. A língua, como produto acabado (*ergon*), como sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado.

O objetivismo abstrato

A segunda linha mestra do pensamento filosófico-linguístico, o objetivismo abstrato, postula que o centro organizador de todos os fatos da língua é o sistema linguístico que possui uma normatividade que rege seus elementos, tendo, portanto, um caráter mais estável que os atos de fala priorizados pela primeira orientação. Desta forma, o fluxo contínuo e ininterrupto da criação individual é substituído por um sistema que desconsidera as particularidades de cada falante, para destacar os traços comuns das várias enunciações produzidas por uma comunidade linguística. Sintetizando a mudança do individual para o social Bakhtin (1981, p. 77, grifo do autor) assim se expressa:

Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São justamente estes elementos 'idênticos', que são assim normativos para todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais, lexicais –, que garantem a unidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade.

Para ilustrar o que foi mencionado anteriormente podemos citar o seguinte exemplo: no rosto de uma pessoa, observamos, geralmente, os mesmos constituintes: olhos, nariz e boca. Contudo, eles se apresentam de diversas formas em cada indivíduo. Por isso, encontramos narizes menores,

maiores, aquilinos ou olhos grandes, pequenos, mais fechados, verdes, azuis, castanhos etc. Estes traços individuais fazem que cada rosto seja único. Entretanto, os constituintes da face são os mesmos em todas as pessoas. Da mesma forma, cada falante tem particularidades na enunciação de cada palavra, porém, elas não interessam ao estudo. Nele, serão privilegiadas as identidades normativas entre as enunciações que serão objeto de estudo científico.

Os esquemas sintáticos e a estrutura morfológica de um verbo são exemplos da identidade normativa. Na língua portuguesa, por exemplo, temos uma estrutura sintática que nos leva a organizar um enunciado em sujeito, verbo e complemento (SVO). A criatividade do falante poderá ocorrer nas mais diversas combinações possíveis sob essa estrutura básica do sistema linguístico do português. Disso decorre o uso que o falante faz de um sistema depositado em sua mente como tesouro, do qual aprende o funcionamento.

A escola de Genebra com os Estudos de Saussure (1995) é, como observa Bakhtin (1981), a expressão mais brilhante do objetivismo abstrato. Vejamos o que Saussure (1995) propõe a respeito da relação da língua, sistema linguístico, com o indivíduo:

Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila (SAUSSURE, 1995, p. 22).

A reflexão saussureana de que a língua é exterior ao indivíduo é corroborada pela inferência possível a partir de seu pensamento anterior, o sistema linguístico 'depositado' como tesouro: deposita-se na mente algo exterior a ela. Com isso, diferente da concepção de Humboldt da língua como um produto da mente do indivíduo, temos o sistema linguístico como algo adquirido. Os seguintes esquemas, na Figura 1, As relações entre a língua, a mente e o meio externo em Humboldt e Saussure, explicitam estas relações de oposição entre as ideias dos estudiosos:

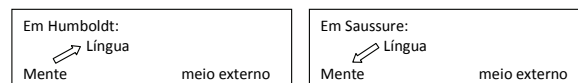


Figura 1. As relações entre a língua, a mente e o meio externo em Humboldt e Saussure.

O funcionamento dessa língua seria aprendido na comunidade. Fica claro, segundo o raciocínio dos esquemas presentes na figura 1, que o falante não

cria o sistema linguístico, uma vez que este não está suscetível ao seu gosto ou vontade. A independência do sistema em relação à influência individual, característica do objetivismo, bem como a abstração dela, explicam, junto com a desconsideração do contexto de produção de um dado fato linguístico, a denominação objetivismo abstrato.

A imanência do sistema corrobora a abstração do individual, ideológico ou artístico, à medida que o mostra regido por leis que lhe são inerentes e internas.

Suponhamos que o indivíduo crie um novo verbo: ‘drelar’, na seguinte frase:

a. Se as crianças e adolescentes ‘drelassem’ mais livros ao longo da vida estudantil, alcançariam resultados muito melhores na vida profissional.

Este verbo está submetido à estrutura dos verbos em língua portuguesa, ou seja:

‘Drel’-: seria o radical,

o ‘-a’: vogal temática (indicando primeira conjugação, verbos com terminação em -ar)

‘-sse’: desinência de pretérito imperfeito do subjuntivo (indicando a não certeza do fato ou possibilidade).

Esse mesmo verbo estaria sujeito também a processos que ocorrem com outros verbos como substantivação (‘drelação’), acréscimo de prefixo (‘endrelar’, ‘desdrelar’), conjugação no gerúndio (‘drelando’) etc. Temos, então, um verbo totalmente submetido às leis imanentes ao sistema já existente, não havendo criação de fato.

No mesmo contexto de retirada de influências individuais temos a arbitrariedade dos signos. As relações entre os constituintes dos signos, ou seja, significante e significado, são arbitrárias.

Do ponto de vista do indivíduo, as leis linguísticas são arbitrárias, isto é, privadas de uma justificação natural ou ideológica (por exemplo, artístico). Assim, entre a face fonética da palavra e seu sentido, não há nem uma conexão natural nem correspondência de natureza artística. Se a língua, como conjunto de formas, é independente de todo impulso criador e de toda ação individual, segue-se ser ela o produto de uma criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo (BAKHTIN, 1981, p. 79).

Como o falante não pode modificar nem criar a língua, conseqüentemente não pode estabelecer uma cadeia fonética para um dado significado e remetê-la a um referente, sendo, em virtude disso, impossível ser socorrido em um incêndio gritando ‘Paralelepípedo! Paralelepípedo!’ em lugar de ‘Fogo! Fogo!’, uma vez que uma convenção social determina a utilização da segunda expressão. A língua é, portanto, uma produção coletiva.

Não estar voltada para a evolução ininterrupta, como ocorre com a fala, traz maior estabilidade ao sistema linguístico, mas não nega sua evolução na história.

Para o objetivismo abstrato faz-se necessário estabelecer uma separação entre a história de um determinado sistema linguístico e o estudo não histórico, o sincrônico.

Entre a lógica das formas de um sistema linguístico em um momento na história e a lógica da sua evolução histórica não há pontos em comum. São relações diferentes:

A mudança de um dos elementos do sistema cria um novo sistema, assim como a mudança de um dos elementos da fórmula cria uma nova fórmula. A relação e as regras que governam as ligações entre os elementos de uma dada fórmula não se estendem, nem poderiam se estender, para a relação entre o sistema ou fórmula em questão e um outro sistema ou outra fórmula que a eles seguissem (BAKHTIN, 1981, p. 80).

No *Curso de Linguística Geral*, Saussure (1995) compara o sistema linguístico a um jogo de xadrez e afirma que cada jogada traz uma nova sincronia analisável sem a dependência do conhecimento de jogadas anteriores, a história da partida. As relações sistemáticas que existem entre as peças em um momento, em um estado, não se estendem às que existem entre um sistema e outro na história, ou em perspectiva diacrônica, segundo a oposição entre sincronia e diacronia enfatizada por Saussure, daí a ruptura entre as abordagens.

Vejamos um exemplo: o verbo ‘trazer’ tanto no futuro do presente (trarei) quanto no futuro do pretérito (traria) perdeu uma sílaba do tema (ze), o que mostra que em outra época essas formas correspondiam respectivamente a ‘tra’ze’rei’ e ‘tra’ze’ria’. As relações sistemáticas que existem entre radical, vogal temática, desinência modo temporal e desinência número pessoal em ambas, falando de um momento específico, nada tem a ver com as que ocorrem entre ‘trazerei’, utilizado em tempos mais remotos, e ‘trarei’ que utilizamos na contemporaneidade. Em perspectiva diacrônica, isto é, considerando a forma do verbo em diferentes estágios, pode-se postular a relação de síncope da sílaba -‘ze’ na primeira forma.

Nas citações seguintes, Bakhtin (1981) afirma mais uma vez a diferença entre as abordagens:

As relações sistemáticas que existem entre duas formas linguísticas no sistema (em sincronia), nada têm de comum com as relações que unem qualquer destas formas à sua imagem transformada no estágio posterior da evolução histórica da língua (BAKHTIN, 1981, p.80).

[...]

O presente da língua e sua história não se entendem entre si, são ambos incapazes de se entenderem (BAKHTIN, 1981, p. 81).

Eis uma das maiores divergências entre o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. Para a primeira orientação, a essência da língua está na sua história, uma vez que não interessa considerar as regularidades referentes à norma, mas a língua como evolução ininterrupta e contínua que enfatiza “[...] a individualização das formas em enunciações estilisticamente únicas e não reiteráveis” (BAKHTIN, 1981, p. 82). Por sua vez, a segunda enfatiza o presente da língua, a sincronia.

Nesse ambiente comparativo, vale acrescentar que as formas normativas, as identidades entre as formas linguísticas, consideradas como ‘lava fria’ e “[...] resíduos deteriorados da evolução [...]” (BAKHTIN, 1981, p. 72), relacionados ao termo grego *ergon* pelo subjetivismo idealista, são interpretadas pelo objetivismo abstrato como a substância da língua.

Saussure (1995) destacou-se nessa orientação porque seus estudos enfatizam dentre os fatos da linguagem, a língua como sistema de caráter social, preterindo a fala de caráter individual e a abordagem sincrônica em oposição à abordagem diacrônica da primeira orientação.

Finalizando os apontamentos referentes ao objetivismo abstrato, vejamos a síntese das suas principais proposições feita por Bakhtin (1981, p. 82, grifo do autor):

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, qualquer motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua; simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas, são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. ‘Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si’.

Algumas reflexões bakhtinianas sobre as duas orientações

Bakhtin (1981) acaba por fazer críticas negativas às duas orientações. Nesse sentido, ele apresenta um dos motivos de suas críticas que se sustenta na convicção de que as duas correntes não chegam à abrangência de um fato linguístico. A primeira, ao enfatizar o individual e o gosto linguístico, foge da realidade da língua, desconsiderando a influência que sofre dos fatores políticos, econômicos e físicos. A segunda, por seu turno, comete equívoco semelhante por estar presa aos aspectos formais e ao sistema com suas relações imanentes.

O sentido ou significação de algo pode depender em muito do contexto e dos fatores que as orientações desconsideram. As palavras e o sistema não são suficientes quando diversos fatores influenciam um dado fato linguístico. Por exemplo, a entonação com a qual uma palavra foi pronunciada por influência da situação pode até mesmo tirá-la de seu campo habitual de significação.

O estudo da língua exige um conjunto de fatores que o tornem mais completo. Bakhtin (1981) salienta que o fato linguístico ocorre em um conjunto de esferas da realidade: física, fisiológica e psicológica. Este conjunto relacionado ao fato linguístico não deve ficar isolado. Acresce-lhe, então, o contexto social imediato no qual receptor e locutor estão envolvidos e o meio social, comunidade linguística, no qual estão inseridos. Esquemáticamente, temos a Figura 2, O Sistema de fatores envolvidos na análise do fato linguístico:

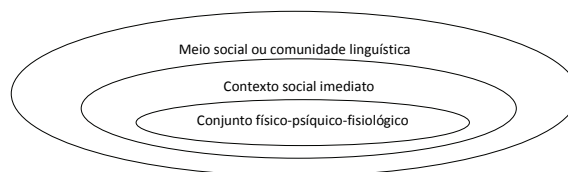


Figura 2. O Sistema de fatores envolvidos na análise do fato linguístico.

Esta concepção norteia um dos principais estudos de Bakhtin (1997), *A Estética da Criação Verbal*, no qual apresenta o enunciado como unidade da comunicação verbal, afirmando que a sua constituição já é resultado de outros na impossibilidade de construir um enunciado puro. Os tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados pelas diversas esferas da comunicação verbal, isto é, os gêneros textuais, estão intimamente ligados a fatores extralinguísticos, como o domínio discursivo em que circulam.

Assim, a língua está em um campo bem mais amplo que a criação individual ou relações sistemáticas regidas por regras.

Considerações finais

O subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato estão entre os estudos mais relevantes da filosofia da linguagem por contribuírem na busca pela delimitação do objeto de estudo de uma ciência que entrelaça duas outras: a linguística e a filosofia. Enquanto o primeiro enfatiza o que é individual como primordial para os estudos da linguagem, o segundo coloca-se no extremo oposto, priorizando o social e, em consequência disto, destaca a língua como objeto de estudo.

No que diz respeito à linguística, segundo a configuração de ciência assumida desde o século XX com os trabalhos de Saussure (1995), principal representante do objetivismo abstrato, e estendida até hoje, pode-se dizer que a segunda linha mestra do pensamento filosófico-linguístico apresentada sobressaiu nos estudos da linguagem.

Como os idealistas colocaram suas teorias no campo da estética e na individualidade da linguagem, suas proposições tornaram-se riquíssimas para a literatura e especificamente para a crítica literária à medida que se tornou possível uma interpretação estilística da linguagem do autor.

Ao discordar de ambas as correntes, Bakhtin (1981) abre espaço para uma pesquisa muito mais abrangente que põe o estudo da linguagem em um plano de praticidade que parece expressar a vivacidade e a dinamicidade da língua. O estudioso destaca o discurso em suas teorias, visto que este permite a consideração do contexto em uma válida

ampliação da maneira de lidar com os fatos da língua.

Referências

- BAKHTIN, M. Das orientações do pensamento filosófico-linguístico. In: BAKHTIN, M. (Ed.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 69-89.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. **História da linguística**. Tradução Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.
- COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-126.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. tomo 2. v. I.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SENNA, L. A. G. Uma gramática para a escola. In: SENNA, L. A. G. (Ed.). **Pequeno manual de linguística geral e aplicada**. Rio de Janeiro: L A G Senna, 1991. p. 11-39.

Received on December 29, 2011.

Accepted on July 27, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.